MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 36:293

Com fundamento no disposto no artigo 2.º do decreto-lei n.º 24:914, de 10 de Janeiro de 1935, e mediante proposta aprovada pelo Ministro das Finanças, nos termos do mesmo artigo;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É aberto no Ministério das Finanças, a favor do Ministério do Interior, um crédito especial da quantia de 2:800.000\$, destinado a reforçar a dotação inscrita na alínea a) do n.º 1) do artigo 9.º, capítulo 1.º, do actual orçamento do segundo dos mencionados Ministérios.

Ar. 2.º É anulada a importância de 2:800.000\$ no n.º 2) do artigo 7.º, capítulo 1.º, do orçamento do Ministério das Finanças para o corrente ano económico.

Este crédito foi registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública e a minuta do presente decreto foi examinada e visada pelo Tribunal de Contas, como preceitua o § único do artigo 36.º do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 21 de Maio de 1947. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Augusto Cancellia de Abreu — Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira — João Pinto da Costa Leite — Fernando dos Santos Costa — Américo Deus Rodrigues Thomaz — José Caeiro da Matta — José Frederico do Casal Ribeiro Ulrich — Teófilo Duarte — Fernando Andrade Pires de Lima — Daniel Maria Vieira Barbosa — Manuel Gomes de Araújo.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ECONOMIA**Portaria n.º 11:849**

De harmonia com a carta de lei de 25 de Agosto de 1887, deverá efectuar-se em 1950 o 9.º recenseamento populacional, encarando-se também a possibilidade da realização de operações censuárias em outros sectores, nomeadamente a de um censo da produção e distribuição.

Tornando-se indispensável para tal fim elaborar o plano de trabalhos e tendo em vista a necessidade de uma estreita cooperação entre o Instituto Nacional de Estatística e os serviços directamente interessados, aos quais caberá outrossim acompanhar até final a sua preparação e execução;

Considerando o disposto nas bases II e IV da lei n.º 1:911, de 23 de Maio de 1935:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelos Ministros das Finanças e da Economia, o seguinte:

1.º É criada no Instituto Nacional de Estatística uma comissão à qual compete estudar o plano dos recenseamentos da produção e distribuição a efectuar em 1950, que deverá ser apresentado à aprovação do Governo até 1 de Dezembro do corrente ano.

2.º A comissão será constituída pelo director do Instituto Nacional de Estatística, como presidente, pelo vice-presidente do Conselho Técnico Corporativo e pelos directores gerais dos serviços agrícolas, pecuários, florestais e aquícolas, do comércio e da indústria, que nos seus impedimentos podem delegar em funcionários superiores.

3.º Cada um dos serviços representados na comissão nomeará um delegado especial. Estes delegados reunir-se-ão, em conjunto, sob a presidência do delegado do Instituto Nacional de Estatística e com a frequência necessária para dar cumprimento às determinações da comissão.

4.º Correrá pelo Instituto Nacional de Estatística todo o serviço de expediente que resulte da execução deste diploma.

Ministérios das Finanças e da Economia, 21 de Maio de 1947. — O Ministro das Finanças, *João Pinto da Costa Leite*. — O Ministro da Economia, *Daniel Maria Vieira Barbosa*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção Geral dos Negócios Económicos e Consulares

Avisos

Por ordem superior se faz público que, segundo informa a Repartição Internacional do Trabalho, foi registado em 27 de Dezembro de 1946 o instrumento de ratificação pelo Governo da Turquia da Convenção relativa à aplicação do descanso semanal nos estabelecimentos industriais, adoptada pela Conferência Internacional do Trabalho na sua 3.ª sessão (Genebra, 25 de Outubro-19 de Novembro de 1921).

Por ordem superior se faz público que, segundo informa a Repartição Internacional do Trabalho, foi registado em 27 de Dezembro de 1946 o instrumento de ratificação pelo Governo da Turquia da Convenção relativa à reparação das doenças profissionais, adoptada pela Conferência Internacional do Trabalho na sua 18.ª sessão (Genebra, 4-23 de Junho de 1934).

Direcção Geral dos Negócios Económicos e Consulares, 29 de Abril de 1947. — O Director Geral, *Luis Esteves Fernandes*.